

Sábado, 10 de Outubro de 2026

Júlio Campos confronta Abilio sobre uso da máquina pública e questiona discurso de renovação política

Deputado estadual refuta críticas do prefeito de Cuiabá e acusa gestor de instrumentalizar prefeitura na eleição da esposa

Conteúdo/ODOC - O deputado estadual Júlio Campos (União) respondeu às declarações recentes do prefeito de Cuiabá, Abilio Brunini (PL), que creditava os resultados eleitorais ao fim da denominada "velha política" em Mato Grosso. O parlamentar, em defesa de sua trajetória e do histórico de sua família, intensificou as críticas ao chefe do Executivo municipal, apontando que este teria aproveitado os recursos e estrutura da prefeitura durante o pleito para viabilizar a eleição de sua esposa, Samantha do Abilio (PL).

O confronto evidencia o acirramento das tensões nos meios políticos mato-grossenses após a conclusão do processo eleitoral.

Em contraponto às censuras de Abilio, Júlio Campos destacou a reputação consolidada por sua atuação durante cinco décadas na vida pública, assinalando que seu grupo nunca foi alvo de operações da Polícia Federal ou de processos do Ministério Público relacionados a ilícitos na administração pública.

"Nunca vivenciamos, ao longo de 50 anos atuando, intervenção da Polícia Federal, acusações do Ministério Público por apropriação indevida, corrupção ou desvios de recursos", pontuou o deputado.

Prosseguindo na sua argumentação, o parlamentar dirigiu críticas severas ao prefeito. Na perspectiva de Júlio Campos, o discurso propagandeado pelo chefe do Executivo cuiabano acerca de inovação política diverge substancialmente das ações efetivamente realizadas durante o recente processo eleitoral.

"Condeno veementemente o discurso do prefeito Abilio Brunini, que manipulou e explorou os recursos públicos, os bens e aparatos da administração municipal para reeleger sua companheira, rompendo a lealdade com seus aliados partidários", afirmou.

O posicionamento do deputado estadual representa uma crítica frontal contra a administração vigente da capital, criando condições para futuras manifestações e questões de responsabilidade na Assembleia Legislativa acerca das atitudes adotadas pelo governo municipal.